

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : (251-11) 551 38 22 Fax : (251-11) 551 4227

Email: oua-ews@telecom.net.et, www.africa-union.org

CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

159ª REUNIÃO

24 DE NOVEMBRO DE 2008

ADIS ABABA, ETIÓPIA

PSC/PR/2(CLIX)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE O PROCESSO DE
EXECUÇÃO DO ACORDO GERAL DE PAZ (AGP)**

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE O PROCESSO DE EXECUÇÃO DO ACORDO GERAL DE PAZ (CPA)

A. INTRODUÇÃO

1. Na sua 89ª reunião, realizada a 24 de Agosto de 2007, o Conselho analisou o processo de execução do Acordo Geral de Paz (AGP), assinado em Nairobi, em Janeiro de 2005, entre o Governo do Sudão (GdS) e o Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLM/A). Nesta ocasião, o Conselho reiterou o seu apoio ao AGP e acolheu com agrado o progresso significativo alcançado pelas partes Sudanesas no concernente à sua execução. O Conselho acolheu com agrado também os esforços envidados pelas partes para abordar as questões pendentes relativas à execução do AGP, incluindo o Protocolo de Abyie, o redesdobramento total das forças, a formação e desdobramento total das Unidades Integradas Conjuntas (JIUs), a delimitação da fronteira Norte-Sul, e a partilha da riqueza, e para garantir que todos os passos necessários sejam tomados em preparação para as próximas eleições conforme estipulado no AGP. O Conselho solicitou que a Comissão tomasse todos os passos necessários para apoiar integralmente a execução do AGP, incluindo através da indicação de um novo Enviado Especial e a criação de um Escritório de Ligação da UA em Cartum, com uma Repartição oficial em Juba.
2. O presente relatório fornece informação actualizada sobre a evolução global da situação bem como sobre a execução do AGP desde a 89ª reunião do Conselho. Abarca também os esforços envidados pela UA em apoio a este processo.

II. SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTOS A NÍVEL POLÍTICO

3. A situação geral em termos de segurança continua calma no Sul. Contudo, o período em análise testemunhou tensões em Abyei. Estas foram exacerbadas pela falta de pleno redesdobramento militar pelas partes, ausência de uma administração civil em Abyei, falta de capacidade das JIUs e actividades de outros grupos armados (OAGs). Os esforços envidados pela liderança do Partido do Congresso Nacional (NCP) e pelo SPLM, ao nível mais alto, bem como pelo Comité Conjunto Militar de Cessar-Fogo (CJMC) para diminuir a tensão não foram bem sucedidos. Posteriormente, irromperam combates em Abyei de 14 a 20 de Maio de 2008, causando uma série de mortos e deslocamento massivo da população civil. A situação foi finalmente resolvida pelas partes através da assinatura, em Cartum, a 8 de Junho de 2008, do “Roteiro para o Repatriamento dos Deslocados Internos e através da execução do Protocolo de Abyei”. De acordo com este Roteiro, o redesdobramento das Forças Armadas do Sudão (SAF) e do Exército de

Libertação do Povo do Sudão (SPLA) a partir da região de Abyei estava concluída até Outubro de 2008, com a excepção de alguns elementos da SAF e do SPLA nas regiões de Diffra e Agok, respectivamente.

4. A presença do Movimento/Exército de Resistência do Senhor (LRA/M) no Sul do Sudão continua a ter um impacto na situação de segurança, incluindo nas zonas como Yambo, Western Equatoria, que testemunhou a chegada de centenas de refugiados da República Democrática do Congo (RDC). Existem informações de que o líder do LRA, Joseph Kony, acordou agora em assinar o Acordo de Paz Final (FPA) nos finais de Novembro de 2008, na área de concentração de Ri-Kwanba, no Western Equatoria. Contudo, ele solicitou um encontro com a sua delegação responsável pelas conversações de paz antes da cerimónia de assinatura. Solicitou também que a área de concentração seja provida de meios necessários, incluindo alimentação. A 8 de Novembro de 2008, em Juba, o Mediador Chefe, Riek Machar, que é também Vice-Presidente do Governo do Sul do Sudão (GoSS), e o Delegado Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para as áreas afectadas pelo LRA, antigo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, informaram o Presidente do GoSS, Salva Kiir Mayarditt, sobre os novos acontecimentos no concernente ao processo de paz. O Presidente Kiir assegurou aos mediadores da cooperação do GoSS e do SPLA a facilitação do regresso do LRA para a área de concentração em Ri-Kwanba.
5. A nível político, o período em análise foi marcado por um acordo alcançado pelas partes a 11 de Dezembro de 2007, que estabelecia várias medidas de criação de confiança com vista a facilitar a reconciliação nacional e criava condições para o regresso dos Ministros do SPLM. O Conselho irá se recordar que, a 11 de Outubro de 2007, o SPLM, em protesto ao que descreveu como uma táctica deliberada por parte do seu parceiro, o Partido do Congresso Nacional (NCP), para obstruir a execução do AGP, decidiu suspender a participação dos seus Ministros e Assessores do Presidente no GoNU. Na sua 103^a reunião realizada a 29 de Novembro de 2008, o Conselho manifestou grande preocupação em relação à situação que prevalecia e exortou as partes a não poupar esforços com vista a ultrapassar os obstáculos que impediam a plena execução do AGP.
6. A 2^a Convenção Nacional do SPLM teve lugar de 15 a 20 de Maio de 2008, em Juba, sob o tema: "Não a guerra, sim ao Novo Sudão". Ao abrigo da Constituição nova e permanente do SPLM, a Convenção, composta por mais de 1500 delegados provenientes de todo o país, elegeram de forma unânime o Sr. Salva Kiir como seu novo Presidente. No seu discurso durante a Convenção, mencionou que se registou um progresso significativo no concernente à execução do AGP. Realçou também que existiam ainda questões importantes que necessitam de ser abordadas, como a de Abyei, que sem o seu tratamento as partes do AGP dificilmente poderiam declarar sucesso. Informou ainda que foi precisamente através do uso dos

mecanismos de consulta previstos no AGP que as duas partes foram capazes de resolver algumas questões chave pendentes e estabeleceram um roteiro com calendários definitivos para abordar áreas em discórdia.

III. SITUAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DO AGP

(i) Partilha de Poder

7. A 13 de Outubro de 2008, a Assembleia Nacional Interina (ANI) abriu a sua 7ª e última sessão, que está actualmente em curso. A principal legislação a ser discutida pela actual sessão inclui a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e dos Órgãos de Comunicação Social, e o Código de Processo Penal. A ANI irá focalizar também o endosso do Conselho dos Partidos Políticos bem como a aprovação do orçamento nacional. De acordo com o AGP, a menos que as partes colectivamente decidam em contrário, a actual sessão é a última e a assembleia será dissolvida até finais de Dezembro de 2008 para permitir a realização das eleições gerais.

Censo Nacional

8. O 5º Censo Nacional do Sudão teve lugar de 22 de Abril a 6 de Maio de 2008. Este processo estava previsto para ter lugar em Fevereiro de 2008, mas foi adiado devido a desentendimentos entre as partes relacionados com a não inclusão de elementos como etnia e religião no questionário do censo, repatriamento de deslocados internos e refugiados, não conclusão da delimitação da fronteira e o conflito em Darfur. Eventualmente, a 13 de Abril de 2008, e como um sinal de maior cooperação entre as partes do AGP, o Presidente da República, Omar Hassan Al-Bashir e o Primeiro Vice-presidente da República e Presidente do GoSS, Salva Kiir Mayardit, reuniram-se e acordam sobre a realização do Censo de 22 de Abril a 6 de Maio de 2008. Espera-se que os resultados, incluindo o número total da população a nível nacional, distrital e da localidade, e os rácios da população Norte-Sul, sejam divulgados até finais de 2008 ou inícios de 2009.

Preparação para as eleições

9. Segundo a Constituição Nacional Interina (INC), as eleições gerais terão lugar o mais tardar até o final do quarto ano do período de transição, isto é, 9 de Julho de 2009. Neste contexto, o processo de preparação para a realização das eleições está em curso e a promulgação da Lei Eleitoral Nacional do Sudão, pelo INA, teve lugar a 7 de Julho de 2008. De acordo com esta lei, o novo Parlamento será constituído por 450 membros, com 60% dos membros a serem eleitos de acordo com os círculos eleitorais geográficos e 40% através de representação proporcional das listas das partes, dos quais 25% será atribuído a uma lista separada de mulheres das

partes, e 15% aos partidos políticos. A Lei estipula ainda que os partidos devem conseguir um mínimo de 4% dos votos totais para garantir assentos de acordo com a representação proporcional.

10. A 17 de Novembro de 2008, a composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE) foi endossada pela ANI. De acordo com a Lei Eleitoral Nacional, a CNE é o único órgão a assumir a função de regulador e supervisor das eleições do Presidente da República, do Presidente do Sul do Sudão, dos Governadores e das Assembleias Legislativas a nível nacional e dos estados. Neste contexto, ela irá preparar, rever, aprovar e manter o Registo Eleitoral, bem como determinar os círculos eleitorais geográficos e dirigir as eleições em conformidade com as disposições da Lei Eleitoral do Sudão.
11. O AGP estipula ainda que deve ser formado um Conselho dos Partidos Políticos após a adopção da INC. Devido a atrasos na aprovação da Lei dos Partidos Políticos, que teve lugar a 22 de Janeiro de 2007, a formação do Conselho também foi adiada. Eventualmente, a 14 de Outubro de 2008, a Presidência submeteu a lista dos candidatos para o Conselho dos Partidos Políticos à Assembleia Nacional. Embora o Comité de Legislação e Justiça tenha submetido o seu relatório sobre a lista a 22 de Outubro de 2008, esta não foi aprovada devido a inexistência de currículos vitae de alguns candidatos.
12. Existem outras leis importantes que se pressupõe que sejam aprovadas pela INA, que continuam essenciais para o sucesso do processo eleitoral. Estas leis incluem, entre outras, a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, que se espera que sejam analisadas e ajustadas com a Lei dos Direitos Fundamentais consagrados na INC antes das eleições. Na sequência da proibição de alguns jornais e advertência de que a não disponibilidade das leis revistas poderia conduzir a um futuro revés, o SPLM, em 8 de Novembro de 2008, retirou seus funcionários que trabalham no departamento de imprensa no Serviço Nacional de Segurança, alegando actividades inconstitucionais nesta secção. Importa recordar que, de acordo com o AGP, o SPLM, designou um certo número dos seus membros para os Serviços de Inteligência e Segurança Nacional.

Preparações para o Referendo

13. O AGP determina que no final do período interino de seis anos deve haver um referendo monitorizado por entidades internacionais, organizado conjuntamente pelo GoNU e pelo SPLM/A, para que o povo do Sul do Sudão ou confirme a unidade do Sudão através do voto para adoptar o sistema do governo instituído no âmbito do Acordo de Paz ou vote a favor da secessão.

Depois de mais de um ano após o prazo estabelecido para este efeito, a Lei de Referendo ainda não foi aprovada.

14. A Assembleia Legislativa do Sul do Sudão (SSLA) continua também a se reunir e a aprovar leis fundamentais no sul do país. A 22 de Outubro de 2008, a ANI e a SSLA realizaram a sua primeira sessão conjunta em Juba. Numa declaração conjunta, emitida no final da sessão, os dois órgãos afirmaram a necessidade de atingir um desenvolvimento global a nível de todo o país. Eles realçaram também a importância dos resultados do censo e a necessidade de garantir que haja eleições livres e justas no Sudão. A sessão conjunta sublinhou ainda a importância de consultas populares nas Três Áreas (Abeyi, Sul de Kordofan e Estados do Nilo Azul) e a necessidade de concordar com os resultados finais tanto do censo como das eleições.
15. Em Junho de 2008, o Porta Voz da SSLA anunciou que as seguintes propostas de lei tinham sido recentemente aprovadas: o Projecto de Lei sobre o Código do Processo Civil, o Projecto de Lei do Conselho de Pesquisa do Sul do Sudão, o Projecto de Lei sobre a Ordem Provisória de Imposto sobre o Rendimento Pessoal, o Projecto de Lei sobre Dotações, o Projecto de Lei Judiciária, e o Projecto de Lei do Conselho de Serviços Judiciais. A 23 de Julho de 2008, depois de muitas preocupações em relação a necessidade de aprovar algumas leis importantes no Sul do Sudão, a SSLA aprovou dois importantes projectos de lei: o Código Penal e o Código de Processo Penal.
16. Todavia, depois de graves alegações de corrupção no GoSS, o seu Conselho de Ministros aprovou, a 10 de Outubro de 2008, o Projecto de Lei Anti-Corrupção de 2008. Esperava-se que este Projecto de Lei fosse entregue antes da SSLA para promulgação imediata. Neste contexto, é importante notar que a Presidente da Comissão Anti-corrupção do Sul do Sudão apresentou um relatório sobre a sua visita aos dez Estados do Sul do Sudão a um workshop consultivo sobre planificação e orçamentação em Juba, que indicava que os fundos podem não ter sido aplicados de forma adequada em alguns Estados do Sul. Na verdade, a corrupção continua a ser uma grande preocupação para todos os intervenientes.

(ii) Partilha de Riqueza

17. Uma das principais componentes do AGP é o Protocolo de Partilha de Riqueza que descreve as modalidades de partilha da riqueza do Sudão, particularmente as receitas provenientes da exploração petrolífera, entre o GoNU, o GoSS e outros estados produtores de petróleo no país. A 6 de Agosto de 2008, os membros do Comité Conjunto (GoNU/GoSS) de Monitoria, Cálculo e Partilha de Receitas provenientes do Petróleo forneceu

informação actualizada sobre a actual situação das transferências de receitas ao GoSS e aos estados produtores de petróleo numa reunião realizada com o Grupo de Partilha de Riqueza da AEC. O Comité mencionou que o montante total acumulado em atraso e devido ao GoSS desde 2005, 2006 e 2007 situava-se em USD 55,86 milhões. No entanto, não existe nenhum montante em atraso devido ao GoSS para o primeiro semestre de 2008, e os dados indicam que o montante total recebido pelo GoSS excedeu USD 1 bilhão.

18. Em Agosto de 2008, o Ministério das Finanças e Economia Nacional disponibilizou dados sobre a quota total de receitas provenientes do petróleo do GoSS para o mês de Agosto de 2008, que ascendeu USD 370,65 milhões (USD 250,71 milhões provenientes de exportação e USD 119,94 milhões provenientes do petróleo bruto local). Conforme acordado no AGP, no mínimo 2% da receita do petróleo deve ser atribuído aos estados/regiões produtoras de petróleo na proporção da produção nesses estados/regiões.
19. A segunda Conferência dos Doadores de Oslo foi realizada em Maio de 2008. Durante a reunião, os países prometeram, para o período 2008-2011, um total de 4,8 mil milhões de dólares para a reconstrução e desenvolvimento do Sudão. O Consórcio, reconheceu os progressos alcançados durante o período 2005-2007 e espera fazer face aos desafios desencorajadores antes do fim do período interino, incluindo a plena execução do AGP, a realização de grandes projectos de desenvolvimento e recuperação, no Sudão, bem como ajuda para aqueles que mais sofreram com o conflito e pobreza. O Consórcio realçou que a paz e o desenvolvimento devem andar lado a lado e que o dividendo da paz deve alcançar os mais vulneráveis no Sudão.

(iii). Acordos de Segurança

20. A Comissão Política de Cessar-Fogo (CPC) e seus organismos afiliados, incluindo o Comité Conjunto de Cessar-Fogo (CJMC) e o Comité Conjunto de Monitoria da Área (AJMC), continuam operacionais, embora estejam a enfrentar muitos problemas para a execução das suas decisões e daquelas emitidas pelo AGP. As partes participam regularmente em reuniões relativas a assuntos sobre o cessar e fazem uso destas reuniões para resolver as suas diferenças com respeito a matéria de desdobramento. Todavia, os relatórios da 84ª reunião do CJMC realizada a 30 de Outubro de 2008 indicam que a percentagem de desdobramento da SAF situou-se em 95.3%, enquanto que a percentagem de desdobramento do SPLA situou-se em 10,6%. A 18 de Novembro de 2008, a CPC e o Conselho Conjunto da Defesa (JDB) realizaram a sua primeira reunião conjunta. Eles decidiram se reunir de dois em dois meses para, entre outros assuntos, prosseguir com a decisão

da CPC e do CJMC com vista a garantir a sua efectiva execução e manter os acordos de segurança.

(iv) Delimitação da Fronteira de 1/1/1956

21. O AGP mandatou a Presidência Sudanesa a constituir um Comité Técnico Fronteiriço Ad hoc para delimitar com precisão a fronteira de 1/1/1956 entre o Norte e o Sul. Neste sentido, este comité procurou assistência técnica de peritos nacionais e internacionais, e iniciou o seu trabalho em Janeiro de 2007. O Comité realizou uma série de visitas de campo para realizar consultas junto das comunidades e oficiais locais e para recolher dados. Em Julho de 2007, o Comité realizou missões de inquérito ao Cairo e Londres. O Comité quase que já concluiu o seu trabalho, com a excepção de algumas zonas litigiosas adjacentes aos Estados de Unidade e de Warrap, cuja decisão foi submetida a uma Sociedade Nacional de Advogados. O Comité realizou também uma sessão em Juba, a 19 e 20 de Novembro de 2008, durante a qual trocou opiniões com peritos nacionais e internacionais sobre casos comparativos bem como sobre técnicas para a delimitação das zonas em litígio.

(v). As três Áreas

Abyei.

22. Conforme indicado acima, no dia 8 de Junho, depois de recontros entre a SAF e o SPLA, as partes acordaram sobre um "Roteiro para o Regresso das PIDs e a Implementação do Protocolo de Abyei". O Roteiro exortava as partes a estabelecer a Administração Provisória de Abyei, que há muito devia ter sido instalada, no período de duas semanas a partir da assinatura deste Acordo. Subsequentemente, em Setembro de 2008, o Presidente Omar Hassan Al-Bashir emitiu um decreto que estabelece uma administração provisória para Abyei e, em Outubro de 2008, a Presidência concordou em nomear oficiais para os vários postos da administração provisória. Além disso, as partes acordaram levar as suas disputas para além das fronteiras permanentes de Abyei para "arbitragem final e obrigatória ao abrigo dos Regulamentos Opcionais Permanentes do Tribunal de Arbitragem".

23. A 28 de Outubro o Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia anunciou a nomeação do Professor Pierre-Marie Dupuis como Presidente Árbitro do Painel de Arbitragem de Abyei, em conformidade com o Acordo do Roteiro de Abyei. A nomeação marcou o início de um período de seis semanas durante o qual espera-se que as partes apresentem os seus argumentos orais perante o tribunal e submetam a pertinente documentação de sustentação. Os materiais escritos devem ser submetidos entre 8 e 12 de Dezembro de 2008. Espera-se que o Tribunal tome a sua decisão final até Junho de 2009.

Kordofan do Sul

24. Tem havido algumas tensões tribunais entre os povos Baggara e Nuba no Estado Sulista de Kordofan. Contudo, essas tensões têm sido sobremaneira acalmadas pelas autoridades tradicionais locais com a assistência da Missão das Nações Unidas no Sudão (UNIMIS). Durante uma recente visita da AEC ao Estado, o Governador do Estado, Omer Suleiman Adam, e os oficiais da UNMIS fizeram uma actualização positiva da situação. Contudo, as aflições de Nuba e outros povos realçam a condição do Estado em termos de necessidade urgente de melhor representação e assistência ao desenvolvimento, particularmente nas áreas de água, saneamento e instalações médicas.

Estado do Nilo Azul.

25. Foram feitos progressos no Estado de Nilo Azul com relação a implementação do CPA, graças a cooperação entre as Partes. A rotação da função de Governador do Estado entre o NCP e o SPLM aconteceu em Julho de 2007, quando o Sr. Malik Agar deixou o seu posto de Ministro para o Investimento do GoNU para assumir a função de Governador.

A AEC para Estados do Nilo Azul que foi criado por decreto presidencial em 2007, realizou uma excursão ao Estado em Abril de 2008 e confirmou a existência de bom nível de cooperação entre os dois parceiros da paz.

(vii). Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

26. As Partes do CPA acordaram implementar, com a assistência da comunidade internacional, programas DDR para o benefício de todos aqueles que serão afectados pela redução e desmobilização das forças, conforme estipulado no CPA. Nesta conformidade e de acordo com o decreto presidencial de Julho de 2008 sobre disposições administrativas para o DDR nas Três Áreas, as Comissões de DDR do Norte e do Sul concordaram sobre a estrutura dos gabinetes para todas as Três Áreas. Relatórios indicam que, como primeiro passo para a implementação deste crucial exercício, foi estabelecido um gabinete DDR conjunto em Ed Damazin para o Estado do Nilo Azul, que foi inaugurado a 22 de Outubro. Este gabinete conjunto deverá liderar a operacionalização das actividades piloto do DDR no Estado do Nilo Azul em El Damazin.

(viii). Actividades da UA em Apoio ao Processo de Implementação

27. Conforme indicado acima, durante a 89ª reunião, o Conselho solicitou a Comissão a dar todos os passos necessários para apoiar totalmente a implementação do CPA, incluindo a através da nomeação de um novo Enviado Especial e a abertura de um Escritório de Ligação em Cartum, com um escritório em

Juba. A 15 de Fevereiro de 2008, e depois das necessárias consultas com as autoridades Sudanesas, o Embaixador Oluyemi Adeniji, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria foi nomeado Enviado Especial da UA para a Implementação do CPA.

28. Desde a sua nomeação, o Enviado Especial empreendeu consultas extensivas com intervenientes Sudaneses interessados e parceiros internacionais. De 1 a 8 de Novembro de 2008, ele visitou o Sudão onde se reuniu com membros do GoNU, do GoSS, bem como com intervenientes internacionais interessados, incluindo membros do Grupo Africano em Cartum, as Nações Unidas, e a AEC. Na sua reunião com os membros do GoNU, o Enviado Especial reafirmou a necessidade de trabalhar arduamente para cumprir o cronograma traçado no CPA, especialmente com relação aos preparativos para as próximas eleições de 2009, a publicação atempada dos resultados do censo, e o referendo de 2011 para o Sul. Ele enfatizou a necessidade dos actores interessados Sudaneses sentirem e ser persuadidos de que a separação entre o Norte e o Sul não deverá ser tida como inevitável, acrescentando que a criação de tal consciência requer uma cooperação crescente e a promoção de confiança mútua entre o NCP e o SPLM.

29. Na sua reunião com os oficiais seniores do GoSS, incluindo o Sr. Salva Kiir Mayardit, o Enviado Especial foi informado dos sérios problemas que representa o atraso da implementação do Acordo. Na opinião do SPLM, há necessidade de acções imediatas, incluindo demarcação fronteiriça, a implementação do Roteiro de Abyei e legislações preparatórias para as eleições. Outras dificuldades relacionadas com a situação em Kordofan do Sul e Nilo Azul são o atraso na implementação total das JIU, que foi responsável pela crise de 2006 em Malakal; distribuição das receitas de acordo com as disposições pertinentes do CPA; lenta retirada das FAS para o Norte.

30. As consultas do Enviado Especial com os intervenientes internacionais interessados centraram-se na necessidade de levar as Partes Sudanesas a redobrar o seu engajamento para implementar totalmente o Acordo. A consequência regional do conflito de Darfur e a sua ligação com a implementação do CPA, bem como a necessidade de a comunidade internacional aumentar o seu apoio para a resolução do problema de Darfur e apoiar o Sul nos seus esforços de reconstrução pós conflito foram também realçados nessas discussões.

31. Anteriormente, o Enviado Especial viajou para a África do Sul, em Julho de 2008, para encontrar-se com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, na sua qualidade de Presidente do Comité Ministerial sobre a Reconstrução Pós Conflito do Sudão. Eles aproveitaram esta oportunidade para analisar a situação, particularmente os esforços para a consolidação da paz. Neste sentido, acordaram sobre a necessidade de continuar a exortar os Estados Membros da UA para aumentar a sua assistência ao Sul do Sudão, em termos de reconstrução pós conflito, particularmente na área de formação para o serviço público, educação e noutras áreas de formação especializada. O Enviado Especial

consultou ainda o Enviado Especial do Quênia para o Sudão, Sr. Daniel Arap Moi, em Junho de 2008, em Nairobi, onde ambos acordaram empreender esforços para encorajar as Partes a avançar e tentar mitigar as consequências dos efeitos dos conflitos no Sudão para a região. O Embaixador Adenjii encontrou-se também com o Secretário Geral dos Estados da Liga Árabe, Sr. Amre Moussa, em Junho de 2008, em Sharm El-Sheikh, a margem da Cimeira da UA. Depois de analisar o estado de implementação do CPA, o Enviado Especial e o Sr. Moussa concordaram coordenar estreitamente as suas actividades nos seus esforços futuros.

32. Gostaria de informar o Conselho que o Escritório de Ligação da UA no Sudão (UA-ELS) tornou-se agora operacional, e tanto o GoNU como as autoridades do GoSS prometeram apoiar o trabalho do Escritório. O Escritório de Ligação participa com a AEC em visitas de trabalho nas partes do Sudão afectadas pela guerra, com vista a assistir na implementação do processo do CPA. Assim foram feitas vistas a Juba, Abyei e Sul de Kordofan. O Escritório em Cartum também continua a coordenar as suas actividades com outros actores interessados no processo de implementação do CPA, tais como a GoNU, GoSS, a UNMIS, a UE e outras missões diplomáticas no Sudão

33. Como é do conhecimento do Conselho, a UA tem um estatuto de observador na AEC. Assim as suas contribuições nas reuniões da AEC são altamente valorizadas por ambas Partes. A UA desempenhou recentemente um papel central, no quadro da AEC, em exortar as Partes Sudanesas a prosseguir com o Censo quando o início do processo enfrentava algumas dificuldades, em Abril de 2008.

34. No acompanhamento das conclusões da sua reunião realiza em Adis Abeba, a 29 de Janeiro de 2008, a margem da reunião Ministerial da UA do Comité de Reconstrução Pós Conflito para o Sudão, visitou este país de 31 de Março a 2 de Abril de 2008. Durante a sua missão, o Comité teve a oportunidade de reunir-se com o Presidente Omal Al Bashir, o Primeiro Presidente da Republica, Salva Kiir Mayardit, bem como os chefes da UNMIS, o Banco Mundial e a AEC. O Comité também reuniu-se com os membros do GoSS em Juba. Essas reuniões deram a oportunidade as partes Sudanesas de realçar as suas áreas prioritárias para assistência pela comunidade internacional.

35. De 17 a 19 de Maio de 2008, fiz uma visita oficial ao Sudão, juntamente com o Comissário da UA para a Paz e Segurança. Durante a visita, reuni-me com as autoridades Sudanesas no Norte e no Sul e exortei-os a implementar fielmente o CPA e reafirmei-lhes a continuação do apoio da UA aos processos de implementação do CPA.

36. Durante o período em análise, a UA participou no terceiro Consórcio do Sudão (SC) realizada em Oslo, de 6 a 7 de Maio de 2008. O Vice Presidente, Ali Osman

Taha, liderou a delegação conjunta Sudanesa a esta reunião. Note-se que durante a reunião de Oslo as duas partes trabalharam muito estreitamente em conjunto e apresentaram em conjunto um plano de cinco anos do GoNU e as prioridades de despesas do GoSS a médio prazo. Um total de 45 países e organizações representando doadores, organizações internacionais e a sociedade civil participaram no terceiro Consórcio do Sudão. A Delegação da UA aproveitou a oportunidade para reiterar o seu apelo ao cancelamento da dívida e para o levantamento de todas as sanções comerciais e económicas contra o Sudão, realçando que tal ajudaria o país a utilizar totalmente os seus recursos para sustentar o CPA.

(iv) Observações

37. O processo de implementação do CPA deu passos largos. As duas partes demonstraram um compromisso claro com o diálogo, para ultrapassar os desafios que enfrentam. O Acordo alcançado entre as partes no dia 11 de Dezembro de 2007, que preparou o caminho para o regresso dos Ministros do SPLM ao GoNU, o Acordo sobre o Roteiro de Abyei e os passos subsequentes que foram dados pelas Partes para a sua implementação, a condução do Censo, bem como a nomeação dos membros da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) são testemunhas claras deste compromisso. Entretanto, ainda se colocam muitos desafios no futuro com relação, entre outros assuntos, a conclusão da preparação para e condução das eleições de 2009 e do referendo de 2011, bem como a demarcação da fronteira Norte – Sul e o assunto crucial de reconstrução e desenvolvimento no Sul.
38. O CPA é um acordo complexo, que trata de assuntos tão sensíveis como a partilha do poder, das riquezas e da autodeterminação de maneira que dificuldades para a sua implementação não serão inesperadas, especialmente dada a profunda falta de confiança entre o Norte e o Sul gerada por mais de duas décadas de conflito devastador. Sem dúvidas, as partes vieram de um longo caminho. Embora seja seu dever manter-se fieis aos seus compromissos para atingir-se a paz duradoura e estabilidade que o povo Sudanês vem ansiando por tão longo tempo, é também incumbência da comunidade internacional, como um todo, acompanhar e apoiar-los. A importância do CPA não pode ser subestimada porque o seu fracasso não afectaria apenas o Sudão e a região, mas terá também sérias repercussões para todo o continente
39. A este respeito, a Comissão continuará a fazer o seu melhor, através do meu Enviado Especial e do Escritório de Ligação da UA no Sudão, para apoiar as partes nos seus esforços para honrar os seus compromissos. Gostaria de apelar uma vez mais aos Estados Membros da UA e a comunidade Internacional, no

geral, para prestar a tão necessária ajuda para a implementação do CPA e aos esforços de reconstrução pós conflito no Sul do Sudão. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para exprimir os meus sinceros agradecimentos a África do Sul e aos outros membros do Comité de Reconstrução Pós Conflito pelo seu engajamento e esforços contínuos.

African Union Commission (AUC)

PAPS Digital Repository

<https://papsrepository.africa-union.org/>

PSC Outcomes

Communiqués

2008-11-24

Communiqué of the 159th Meeting of the Peace and Security Council Held on 24 November 2008, Addis Ababa, Ethiopia.

Peace and Security Council

African Union Commission

<https://papsrepository.africa-union.org/handle/123456789/1259>

Downloaded from PAPS Digital Repository, Department of Political Affairs, Peace and Security (PAPS)